*Artigo

O CASO DOS REMÉDIOS VENCIDOS

Em 2000, quando escrevi meu primeiro livro, Controle do Patrimônio Ambiental brasileiro, apresentei como hipótese de ato antieconômico de gestão, a ser penalizado pelo Tribunal de Contas, a aquisição de lotes de vacinas com reduzido prazo de validade, de tal modo que não fosse possível aplicá-las na sua totalidade.

Posteriormente, desenvolvi o tema em numerosos cursos de pós-graduação e no meu livro Controle Externo - Teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas.

Quinze anos depois, a imprensa nacional noticia a descoberta no almoxarifado da prefeitura de um importante município do Centro-Oeste brasileiro de várias toneladas de medicamentos com prazos de validade vencidos e, portanto, imprestáveis.

É como se a boa teoria fosse confirmada pela prática da má gestão ou como se a desordem administrativa da vida real engendrasse irregularidades maiores e mais graves que as piores ficções imaginadas na esfera acadêmica.

Na sala de aula, o exemplo surgiu para diferenciar os três critérios que a Constituição estabelece que os Tribunais de Contas devem utilizar no julgamento dos atos de gestão: legalidade, legitimidade e economicidade. Embora muito próximos, tais critérios são distintos e devem ser objeto de avaliação específica, de modo a cumprir o mandamento constitucional para a atuação das Cortes de Contas.

Assim, determinado ato de gestão pode ser considerado legal, com a sua aquisição observando as leis orçamentárias e de licitações; legítimo, pois a sua finalidade é o atendimento do interesse público e a concretização de um direito social; mas, ao mesmo tempo, antieconômico, quando algum vício impede que o objeto pretendido seja alcançado, tornando aquela despesa excessiva, desnecessária ou inútil.

Na hipótese das vacinas, a despesa seria excessiva se constatado sobrepreço ou superfaturamento; desnecessária se a aquisição, ainda que por preços de mercado ou razoáveis, fosse em quantidade superior à demanda - por exemplo, 10 mil unidades para uma população de 5 mil indivíduos - ou em momento impróprio, próximo ao limite de validade do bem; ou ainda inútil, quando incompleta ou parcial - por exemplo, a compra de vacinas desacompanhadas dos protetores térmicos necessários para o seu acondicionamento apropriado - resultando na inexecução total ou parcial do resultado almejado.

Só um trabalho de auditoria específico poderá apontar as circunstâncias, os valores e as responsabilidades do caso concreto recentemente noticiado pela imprensa. Todavia, em tese, a presença de significativo volume de medicamentos com prazo de validade vencido indica a ocorrência de graves falhas de planejamento e/ou de gestão.

A compra de remédios, ou de quaisquer outros bens com validade limitada, deve obedecer a um planejamento compatível com a necessidade de uso e a capacidade de distribuição. De outro lado, o armazenamento dos bens e a gestão dos estoques exigem cuidados para que não se deteriorem precocemente e estejam disponíveis quando necessários.

Quando os controles internos administrativos funcionam adequadamente muitos problemas podem ser evitados ou detectados a tempo de serem corrigidos. Quando não funcionam, compra-se mal, caro, em demasia e sequer se alcança a finalidade desejada.

De qualquer modo, o cidadão que contempla a imagem de caixas e mais caixas de remédios que viraram lixo não tem dúvidas de que houve grande desperdício de recursos públicos na área da saúde. Infelizmente, a hipótese teórica formulada há tempos foi concretizada e maximizada pela incompetência e pelo descaso.

Espera-se que esse triste episódio possa servir de alerta para prevenir outros casos e reforçar a importância do controle e atuar não apenas sob a ótica da legalidade, mas também da legitimidade e economicidade.

Luiz Henrique Lima

Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reiki
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Relinaldo Mansrim Nieto
Maykon Henrique Moura
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Cáceres sedia I Seminário do Planejamento Estratégico Participativo da Unemat

Nos dias 04 e 05 de agosto o campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) de Cáceres sedia o I Seminário do Planejamento Estratégico Participativo (PEP-Unemat-2015/2025), no auditório Edival dos Reis. O professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Nelson Amaral, doutor em Educação, fará a palestra de abertura com o tema "Prospecção e Tendências das Universidades Públicas".

Pensado para os próximos 10 anos, o PEP-Unemat será construído em conjunto com a comunidade acadêmica. As palestras e ações que envolvem o I Seminário vão embasar o processo de construção planejamento, que traçará os rumos da Unemat para a próxima década.

As discussões da primeira etapa do PEP são iniciadas por palestrantes de fora da Unemat, sempre com foco na universidade pública e seus desafios, e abertas à comunidade acadêmica e ao público em geral.

A Unemat vem realizando seminários como este nos cinco polos que englobam os 13 campi da universidade, além da sede administrativa. Os polos de Nova Xavantina, Alta Floresta e Sinop já receberam o seminário. Cáceres é o quarto polo a receber o evento e o último encontro acontecerá em Tangará da Serra, nos dias 11 e 12 de agosto.

Casa Nova

O Shopping de Cuiabá Popular deverá começar a funcionar em seu prédio recém-inaugurado a partir do dia 17 de agosto, deste ano. Apesar de a obra, que custou R$ 27 milhões, ter sido inaugurada em 21 de julho, o funcionamento só poderá ter início após construção do estacionamento, por determinação do Ministério Público do Estado (MPE).

Adequação

Enquanto aguardam para iniciar as vendas na unidade reformada, os comerciantes do Shopping Popular continuam realizando atendimento no entorno do local.Para montar banca no novo local, eles deverão se adequar ao Contrato de Concessão e ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre a categoria e o (MPE), para que a posse seja efetivada.

Expectativas

De acordo com o presidente da Associação dos Camelôs, a expectativa é de que o número de vendas no local aumente com o novo prédio. Os comerciantes do local também aguardam que a nova sede trará melhorias para a economia da área. O vendedor Ênio Gonçalves dos Santos, que possui uma banca no local, acredita em melhores condições.

Novo prédio

A obra do novo Shopping Popular custou R$ 27 milhões e, segundo a diretoria, toda a verba foi conseguida através de recursos próprios do Shopping Popular. "Foi tudo conquistado com recurso próprio. Não houve nenhum investimento, nem financiamento. Foi tudo feito com recurso próprio da associação [dos camelôs]", disse Galvão.

*Bastidores da Política

Vitória

O ex-deputado José Geraldo Riva, mesmo com a determinação do desembargador Rui Ramos, do Tribunal de Justiça, na última sexta-feira,31, permaneceu com as tornozeleiras eletrônicas. A expectativa era de que a retirada das tornozeleiras acontecesse durante o final de semana. Como não houve a notificação, a defesa teve que aguardar para autorização de retirada da medida restritiva.

Esforço

O Judiciário manteve no entanto a necessidade de comparecimento mensal em juízo, para informar e justificar suas atividades; a proibição de acesso e comparecimento à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, bem como ao endereço de quaisquer das empresas pertencentes a corréus na ação penal desmembrada desta; e a proibição de manter contato com quaisquer dos corréus.

Ressalvas

Riva deverá manter-se afastado de todos os envolvidos nos processos onde o mesmo está sendo investigado, como forma de não influenciar as investigações e nem de manipular possíveis situações. A medida somente exime a exclusão de contato com com a corré Janete Gomes Riva, que, é sua esposa, e que também encontra-se sendo investigada por supostos crimes.

Faz tempo

Riva foi preso no dia 21 de fevereiro por suposta participação em um esquema de desvio de R$ 62 milhões dos cofres da Assembleia Legislativa. Ele permaneceu preso durante 123 dias e, após diversos habeas corpus, conseguiu a liberdade junto ao STF. Poucos dias depois, Riva foi preso novamente, por suposta participação em esquema que desviou R$ 9 milhões da Assembleia.

Quase

O habeas corpus interposto no Superior Tribunal de Justiça (STJ) buscando o fim da prisão preventiva imposta ao ex-secretário de Fazenda Eder Moraes Dias será julgado pelo Sexta Turma nesta terça-feira,08. O recurso foi levado à mesa para apreciação em pedido do desembargador Ericson Maranho, relator do caso, convocado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Tentativas

Moraes chegou a apresentar agravo regimental contra decisão monocrática que negou o habeas corpus. Agravo é um recurso que tem como finalidade rever medida liminar concedida ou não pelo relator ou pelo presidente do órgão. No processo contra Eder, o responsável pela defesa do antigo homem forte do poder executivo mato-grossense é o advogado Ricardo Spinelli.

Razão

Acusado de atuar com 'laranjas' para ocultar seu patrimônio, Moraes foi preso no dia 1º de abril, no condomínio de luxo instalado às margens da MT-010. Além de terrenos, há suspeitas de que o ex-secretário estivesse tentando evitar o sequestro de bens. O político aguarda, ainda, julgamento de habeas corpus no Tribunal Regional Federal e no Supremo Tribunal Federal.

Um dos cabeças

As investigações gerais apontam que Moraes seria o principal pilar dos esquemas denunciados pela operação Ararath. O combinado investigado envolve a atuação de um complexo tratado de lavagem de dinheiro desenvolvido no estado de Mato Grosso para o 'financiamento' de interesses de um determinado grupo político que encontra-se na esfera política do Estado.

Riva comparece para retirar tornozeleiras

O ex-deputado estadual José Geraldo Riva compareceu à Segunda Vara Criminal, por volta das 16h desta segunda-feira, 03, para efetuar a retida de sua tornozeleira eletrônica. A decisão que estabeleceu a queda da medida restritiva foi proferida pelo desembargador Rui Ramos, na sexta-feira, 31. A expectativa era de que o procedimento acontecesse na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) durante o final de semana, porém, não houve notificação legal.

Quando perguntado sobre o impedimento de comparecer à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o ex-parlamentar afirmou não sentir incômodo. "Eu não tenho o que fazer na AL, eu não tenho o que fazer lá. Eu tenho uma filha deputada, mas eu não preciso ir lá para falar com ela. Não Muda nada", disse Riva, ainda na Segunda Vara Criminal.

Selma Rosane de Arruda, da Sétima Vara Criminal, foi quem determinou duas prisões neste ano e, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF,) impôs seis medidas restritivas ao ex-deputado, entre elas o uso de tornozeleiras. Além da retirada do equipamento, a outra medida restritiva que caiu foi a que determinava recolhimento domiciliar no período noturno e aos sábados, domingos e feriados em período integra.